

Diálogos Internacionais em Educação Profissional: Tempo e produção de conhecimento no doutorado no Brasil e Portugal

International Dialogues in Professional Education: Time and knowledge production in doctorate programs in Brazil and Portugal

Recebido: 26/04/2021 | Revisado:
05/05/2021 | Aceito: 16/06/2021 |
Publicado: 29/09/2021

Fernando Manuel Rocha da Cruz
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1254-5601>
Universidade de Santiago de Compostela
– Espanha
E-mail: fmrcruz@gmail.com

Kadydja Karla Nascimento Chagas
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1563-3682>
Instituto Federal de Educação Ciência e
Tecnologia do Rio Grande do Norte –
IFRN/RN-Brasil
E-mail: kadydja,chagas@ifrn.edu.br

Marta Mariane Ferreira Gomes de Souza
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1081-748X>
Instituto Federal de Educação Ciência e
Tecnologia do Rio Grande do Norte –
IFRN/RN-Brasil
E-mail: martamariane.s@outlook.com

Como citar: CRUZ, F. M. R. da.;
CHAGAS, K. K. N.; SOUZA, M. M. F. G.
de. Diálogos Internacionais em Educação
Profissional: Tempo e produção de
conhecimento no doutorado no Brasil e
Portugal. **Revista Brasileira da
Educação Profissional e Tecnológica**,
[S.l.], v. 1, n. 20, p. 1 – 12. e13130, set.
2021. ISSN 2447-1801.



This work is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 Unported License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Resumo

Neste artigo, o doutorado é compreendido como um processo que comporta diversas fases e momentos de complexidade, nos quais se torna possível a identificação de um tempo-recurso – definido pela quantidade de tempo disponível e de tempo desejado – para a execução de cada atividade e dos próprios modos de alocação do tempo e de estratégias para o desenvolvimento da produção científica. Dessa forma, nesta pesquisa, busca-se discutir sobre a produção do conhecimento no doutorado no Brasil e em Portugal, com o objetivo de apontar estratégias de desenvolvimento para a produção científica e de contribuir institucionalmente para o aprimoramento das ações pedagógicas da Pós-Graduação *stricto sensu* entre as instituições portuguesas e brasileiras.

Palavras-chave: Brasil; Portugal; Diálogos internacionais; Doutorado; Educação Profissional.

Abstract

In this article, the doctorate program is understood as a process that encompasses several phases and moments of complexity, in which it becomes possible to identify a time-resource – defined by the amount of available time and desired time – for the execution of each activity and the very ways of allocating time and strategies for the development of scientific production. Thus, this study seeks to discuss the knowledge production in doctorate programs in Brazil and in Portugal, in order to point out development strategies for scientific production and to contribute institutionally to the improvement of pedagogical actions in the *stricto sensu* Post-Graduation program between Portuguese and Brazilian institutions.

Keywords: Brazil; Portugal; International Dialogues; Doctorate; Professional Education.

1 INTRODUÇÃO

1.1 TEMPO E PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO

Ao abordar, neste artigo, a Educação Profissional, busca-se evidenciar a relevância crítico-reflexiva relacionada às vivências e às estratégias de desenvolvimento acadêmico relacionadas ao tempo e à produção do conhecimento no doutoramento no Brasil e em Portugal. Neste contexto, a análise investigativa do entrecruzamento das experiências acadêmicas desenvolvidas nos referidos países poderá contribuir para a compreensão e para o aprimoramento das ações da Pós-Graduação *stricto sensu* na Educação Profissional. Assim, a partir dessas premissas, questões norteadoras se impuseram: quais são as expectativas sobre o tempo e a produção científica em Educação Profissional no Brasil e em Portugal? Quais estratégias são desenvolvidas na produção de conhecimento no doutorado?

Tendo isso em vista, o processo de doutorado é um processo de aprendizagem que se inscreve num ritual de passagem, o qual revela-se como importante momento, pois assinala as mudanças de ciclos e as diferentes fases de desenvolvimento acadêmico do doutorando; tem relevância, pois, por ser realizado de forma a privilegiar o coletivo, uma vez que, por meio dele, as instituições preparam ações e projetos para transformar essa etapa em substancial aprendizado.

Desta maneira, o processo de doutorado se define pela sua temporalidade, que não é homogênea, uma vez que varia ao longo do período e conforme as circunstâncias que o define, em relação aos atores que envolve e às fases no ciclo de vida individual. Com efeito, o tempo de doutorado é um tempo multidimensional: corresponde a um tempo do tempo de vida do sujeito e inscreve-se em perspectivas temporais mais longas. Deste ponto de vista, o doutorado pode ser entendido como uma duração, um tipo específico de fase na vida dos sujeitos, na qual deve-se saber usar o tempo, conforme aponta Araújo (2011) ao enfatizar que

os sujeitos estão cada vez mais confrontados com o peso das organizações e das instituições, sendo socializados com a necessidade de saber usar bem o tempo. Socialização esta que se dá através de formas objetivas (regulação mecânica do tempo, através do relógio e de todo um esquema legal alicerçado à base dos princípios de recompensa e de penalização pelo modo “certo” ou “incorreto” de uso do tempo) e sob formas subjetivas e implícitas, através das quais a disciplina penetra o corpo e a alma dos sujeitos, instalando-se, não mais como imposição externa de um sistema, mas como algo natural, no *habitus* (ARAÚJO, 2011, p. 20).

Barbosa (2011), em sua obra “A tríade do tempo”, apresenta dois métodos como proposta para organização do tempo: a Tríade e o Método Estrela. A tríade do tempo se classifica em três grupos: 1. Importância; 2. Urgência e 3. Circunstância. Na importância, os resultados significativos possuem um tempo para sua realização e são apresentados em curto, médio e longo prazo; no que condiz à urgência, o tempo de realização é curto e, em geral, causam desconforto por apresentarem um prazo curto e próximo à sua finalização, sem haver possibilidade de previsão; já a circunstância, devido a não apresentar resultado significativo, é classificada como desnecessária.

O Método Estrela prevê a administração do tempo respeitando a identidade de cada um, seguida da elaboração de metas, do planejamento e da organização. A identidade consiste na busca pelo autoconhecimento, que vai definir exatamente onde quer chegar e o porquê de administrar seu tempo. A meta tem como principal objetivo transformar os sonhos em realidade. O planejamento indica até que ponto a pessoa pode chegar e, por isso, é uma das fases mais importantes do processo, porque, se bem feito, reduz as urgências. A organização está relacionada à arrumação do ambiente, arquivos e conhecimentos, diminuindo o tempo de procura. A execução é a convergência de todas as fases, pois retrata o momento em que tudo será colocado em prática.

De acordo com Araújo (2007, p. 180) “há duas estratégias fundamentais para levar a bom porto um doutoramento: a) Prevenir distanciamento em relação à vida real (situações patológicas) e b) Disciplinar o tempo”. Para a referida autora, é de singular relevância saber gerir bem os tempos em que se tem menos intensidade de atividades acadêmicas para saber atuar em tempos mais intensos, gerindo, assim, as exigências relativas ao tempo.

Na busca por métodos estratégicos para o processo de doutorado, encontramos, ainda, Ramos (2012), que define o tempo a partir de metáforas. Para o autor, as metáforas são mais úteis porque nos mostram que o tempo é uma entidade complexa; que os usos e as representações que temos do tempo se cruzam e variam conforme os contextos e os universos. O modelo a partir de metáforas auxiliará no desenvolvimento, na ótica do tempo, na duração e no processo de doutorado.

Considerando a importância do tema e a escassez de pesquisas que abordem reflexões, questões e preocupações peculiares ao desenvolvimento acadêmico na pós-graduação *stricto sensu*, a relevância basilar desse estudo reside tanto na análise e na interpretação dos processos vividos quanto nos anseios de incutir multidisciplinaridade teórica à investigação.

2.1 O DOUTORAMENTO E A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO EM PORTUGAL

Em Portugal, apenas as universidades podiam atribuir o grau de doutorado, sendo 14 delas públicas e 10 privadas. A partir de 2018, também os Institutos Politécnicos¹ ganharam a competência de atribuir esse grau, desde que comprovassem ter capacidade de realizar atividades de I&D e que 75% dos recursos humanos se encontrassem integrados em unidades de investigação, para além de uma avaliação mínima de “Muito Bom”, pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT) (TAVARES; SIN; SOARES, 2019).

Quanto ao número de doutorados em Portugal, se, no ano letivo de 2004/2005, concluíram o doutorado 998 estudantes (mínimo), já em 2013/2014 finalizaram 2.500 (máximo). Em 2017/2018, foram 2.266 que concluíram o doutorado, sendo que em

¹ O doutorado em “Fabrico Digital Direto para as Indústrias dos Polímeros e Moldes” é o primeiro desenvolvido em associação entre um Politécnico e uma universidade, no caso entre o Politécnico de Leiria e a Universidade do Minho (2020/2021).

2018/2019 se encontravam inscritos nesse grau 21.090 estudantes. A FCT financiou diretamente, nesse ano, 5.000 bolsas (RAMOS; FONSECA, 2020).

A Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) é, em Portugal, a entidade responsável pelo financiamento da pesquisa. A partir de 2007, foram desenvolvidas várias iniciativas de financiamento direto por este Instituto Público, relativamente à contratação de doutorados, por entidades do Sistema Científico e Tecnológico Nacional. Neste contexto, a partir dos Programas Ciência, Welcome II e Investigador FCT foram assinados aproximadamente 2.000 contratos, com a duração máxima de cinco anos, com pesquisadores doutorados em todas as áreas do conhecimento (RAMOS; FONSECA, 2020).

De acordo com os dados disponíveis em 2015, residiam em Portugal 30.800 doutorados, 44% dos quais com idade inferior a 44 anos. A maioria destes encontrava-se a desenvolver atividade em instituições científicas e de ensino superior com vínculos precários, isto é, com contratos por tempo determinado ou bolsas de pesquisa. Neste contexto, apenas a abertura de concursos públicos para a celebração de contratos de trabalho por tempo indeterminado permitiria a estabilização do sistema de pesquisa e docência em Portugal (NAZARÉ et al., 2020).

Este quadro de trabalho precário gera, por conseguinte, situações de cumulação de trabalho em termos de docência em diferentes instituições superiores ou da docência com outras funções públicas ou privadas.

Em 2017, foi lançado o Concurso de Estímulo ao Emprego Científico, nas vertentes Individual e Institucional, que permitiu o financiamento de 515 e 412 contratos, respectivamente. Nas segunda e terceira edições deste concurso foram contratados um total de 600 pesquisadores. Na quarta edição, difundida em dezembro de 2020, foram anunciadas mais 400 vagas. Estes contratos têm a duração máxima de 6 anos e podem se candidatar “os doutorados, nacionais, estrangeiros e apátridas, detentores de percurso em qualquer área científica, que pretendam desenvolver a sua atividade de investigação científica ou desenvolvimento tecnológico em Portugal” (FCT, 2020).

Adicionalmente, têm sido implementados instrumentos como:

- a) Contratos ao abrigo da Norma Transitória da Lei nº 57/2017;
- b) Contratos em projetos FCT de I&D em todos os domínios científicos;
- c) Apoio a planos de emprego científico de unidades de I&D na sequência do processo de avaliação 2017/2018;
- d) Contratos a celebrar no âmbito do financiamento dos Laboratórios Colaborativos.

Face ao contexto de precariedade mencionado, as instituições de ensino superior (IES) continuam a resistir à abertura de concursos que impliquem a contratação por tempo indeterminado destes pesquisadores e docentes, em virtude

da “imprevisibilidade do financiamento que recebem do Orçamento de Estado (OE), por este não incluir uma componente de investigação, bem como tal recrutamento implicar, a prazo, a assunção da totalidade dos custos associados” (NAZARÉ et al., 2020, p. 3).

O regime jurídico estabelecido através do Programa de regularização extraordinária dos vínculos precários na Administração Pública (PREVPAP), em 2017, e estatuído no art. 25º da Lei do Orçamento do Estado para 2017, acabou sendo deturpado pelas instituições de ensino superior, que passaram a limitar a percentagem dos contratos de trabalho, por exemplo, de professores auxiliares convidados, através da fixação de uma carga máxima de até 59%, de modo a não se consumir um dos pressupostos legais que possa obrigar à contratação do docente por tempo indeterminado. O PREVPAP tinha por objetivo regularizar a situação de contratados através de concurso, colocados em lugares caracterizados como necessidade permanente. Muitos destes profissionais possuíam vários contratos de trabalho de duração determinada e sucessivos.

Relativamente, ao número de doutorados em Portugal, Ramos e Fonseca (2020) consideram que:

Apesar do grande crescimento do número de doutoramentos e também dos doutorados residentes em Portugal, a permissão de doutorados na população ativa (5,0 doutorados por 1000 habitantes com idade entre os 25 e os 64 anos) é ainda baixa comparativamente com outros países (dados relativos ao ano de 2016). A média dos países da OCDE é de 9,9 doutorados por 1000 ativos; em Espanha e na Irlanda, esse indicador é de 7,7 e 8,9, respetivamente (RAMOS; FONSECA, 2020, p. 10).

Entretanto, Morais e Alves (2019) consideram ainda reduzido o nível de qualificações de investigadores e docentes do ensino superior português, quando comparado com outros países e, sobretudo, na correlação entre o número de doutorados e o número de publicações científicas (indexadas na *Web of Science*), ou ainda com o seu fator de impacto. E acrescentam:

Mesmo que o recente período de crise económica tenha dificultado o acesso e erodido as condições de trabalho nas carreiras de investigação (Cairns, Cuzzocrea e Briggs, 2017) e de docência (Cardoso, Carvalho e Cideira, 2018), os resultados das várias inquirições CDH revelam que a esmagadora maioria dos doutorados residentes em Portugal se inscreve nessa esfera académica (Cotrim e Duarte, 2015; DGEEC, 2017; GPARI, 2009, 2011), ainda que não precisem se esta forte aliança também se verifica entre as coortes de doutorados mais recentes (MORAIS; ALVES, 2019, p. 40).

Cabe aqui indagar se a precarização do emprego científico em Portugal poderá explicar o baixo nível de publicações em revistas indexadas como *Web of Science* (WOS) e *Scopus* ou ainda se a falta de revistas científicas em língua portuguesa nos principais *rankings* internacionais poderá explicar esse desnível.

Quanto aos doutorados em ambiente industrial, estes são em número reduzido e o seu desenvolvimento ainda carece de uma maior articulação entre instituições de ensino superior e as empresas (TAVARES; SIN; SOARES, 2019). Por outro lado, se existem poucos incentivos para que a indústria aproveite este capital humano e de

inovação, igualmente a maioria dos pesquisadores não parece possuir o perfil para assumir cargos que requeiram trabalho em equipe, liderança, capacidade de gestão e sensibilidade com o impacto econômico da pesquisa (NAZARÉ et al., 2020)

De modo similar, a presença de doutorados na administração pública é diminuta (SANTOS; HORTA; HEITOR, 2016). Veja-se, a título de exemplo, o caso do concurso anual de professores no ensino básico e secundário², que tem por base a classificação acadêmica e profissional dos candidatos, mas que não valoriza o grau de doutorado desses profissionais.

Se este é o contexto profissional dos doutorados em Portugal, o tempo de doutorado que o Acordo de Bolonha fez reduzir para 3 anos não deixa de contemplar um tempo excepcional ou extraordinário de 1 ano para efeitos de conclusão do ciclo de estudos. Daí que uma elevada percentagem de doutorandos utilize esse tempo extra para concluir a sua tese.

No doutorado, a parte curricular tende a se concentrar nos primeiros dois semestres, sendo o tempo restante dedicado à pesquisa sob orientação. Contudo, esse tempo de pesquisa é igualmente um tempo de crescente autonomia, cujo grau depende da figura do orientador de tese e se se trata, ou não, de tese desenvolvida no âmbito de algum projeto financiado. O controlo tenderá a aumentar no caso dos doutorandos bolsistas da FCT, que carecem de apresentação de relatórios anuais³ e final⁴.

A participação em eventos científicos e a submissão de artigos está, muitas vezes, dependente do compromisso e envolvimento do departamento e da própria universidade e cidade onde se localiza. Assim, em determinadas áreas científicas, é possível buscar a participação em congressos, seminários, mesas redondas, ações de formação em cidades como Lisboa, Porto ou Coimbra devido à elevada concentração de universidades públicas e privadas e institutos politécnicos.

Quanto às publicações em Ciências Sociais, trazemos a título indicativo a evolução do número de publicações portuguesas indexadas no *Web of Science*. Na figura 1, é possível constatar o aumento progressivo do número de publicações quer devido ao aumento do número de doutorados em Portugal, quer motivado pela progressiva exigência do campo.

Outro fato não despiciente no tempo em doutorado é a participação e o contato com estudantes de nacionalidade estrangeira no ensino superior, seja no curso, em estágio, seja em pesquisa realizada em outros países. A integração de Portugal na

² Correspondente ao ensino fundamental e médio no Brasil.

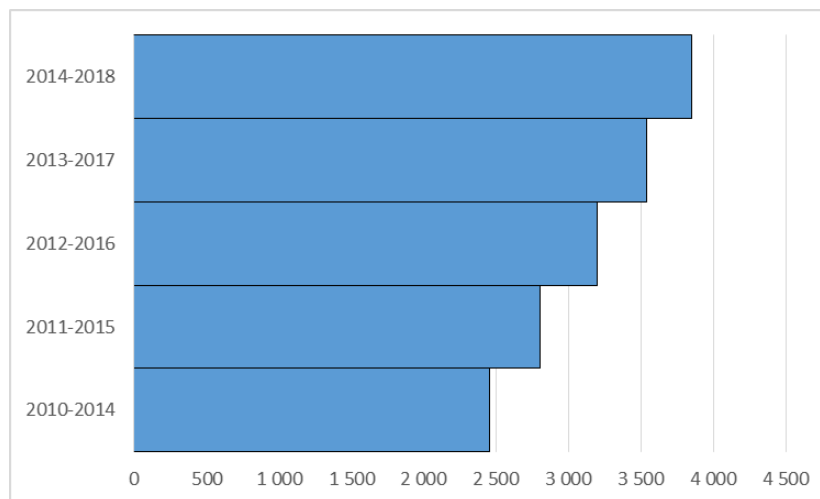
³ Artigo 31.º do Regulamento n.º 950/2019, sobre Acompanhamento e controlo das bolsas: 1 – O acompanhamento das bolsas é feito pelos orientadores em cada entidade de acolhimento e por cada uma dessas entidades. 2 – O controlo é feito através da análise dos pedidos de renovação, das comunicações relativas a alterações do plano de trabalhos e dos relatórios finais. 3 – (...)

⁴ Artigo 24.º do Regulamento n.º 950/2019, sobre Relatório final de bolsa: 1 – O bolsista deve apresentar à entidade financiadora, até 60 dias úteis após o termo da bolsa, em formato eletrónico, um relatório final das suas atividades onde constem as atividades desenvolvidas e resultados obtidos, incluindo as comunicações, publicações e criações científicas resultantes da atividade desenvolvida, e respetivos endereços URL, acompanhado pelo parecer dos orientadores. 2 – (...)

União Europeia, em 1986, tem como consequência prática o fato de que qualquer cidadão de um dos países membros deve usufruir do mesmo tratamento que um cidadão nacional.

Acresce igualmente a abertura a estudantes da América Latina e, em particular, provenientes do Brasil. A ligação histórica e linguística facilita, em muitos casos, a integração destes nas instituições de ensino superior portuguesas. Para além disso, a comunidade brasileira residente em Portugal é a maior comunidade estrangeira residente no país. Em 2020, residiam em Portugal quase 151.000 brasileiros (HENRIQUES, 2020).

Figura 1: N.º de publicações portuguesas indexadas no WOS, em Ciências Sociais



Fonte: Adaptado de DSECTS/DGEEC (2020)

Trata-se, por conseguinte, de um tempo de exigência individual e institucional, mas igualmente de um tempo de desafios, oportunidades de aprendizagem e de contatos pessoais e profissionais. Para muitos, o desafio passa ainda pela descoberta de um novo país, de uma cultura diferente, de uma língua e sotaques diferenciados. O afastamento pessoal ou geográfico e o isolamento de familiares e amigos são vivenciados por muitos estudantes em doutoramento, o que contribui não somente para a transformação pessoal, mas para o seu crescimento interior.

2.2 O DOUTORADO E A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO NO BRASIL

No Brasil, os estudos indicam que o número de pessoas que estão no doutorado tem aumentado ultimamente. Embora de forma muito geral, pode se dizer que, até as alterações propostas por Bolonha no plano dos cursos, que teve grande implicação na redução do tempo de formação na licenciatura e no mestrado, o doutorado era um grau maioritariamente oferecido a pessoas que pretendiam seguir a carreira acadêmica. Todavia, a desvalorização dos graus e a crescente necessidade de enriquecer currículos e de enfrentar os desafios, ou as necessidades de formação

ao longo da vida, trouxeram uma procura mais acentuada pelos doutorados nas diversas áreas. Hoje, estes graus são uma fonte de financiamento das universidades brasileiras

Verifica-se, porém, que o aumento de matrículas e de diplomados com o grau de doutorado é um processo acompanhado de várias mudanças no que diz respeito ao valor atribuído ao doutorado, aos motivos que conduzem a ele e, especialmente, à experiência do próprio tempo de doutorado.

Alguns estudos indicam que a aceleração que se vive presentemente nas instituições de ensino superior de investigação, o contexto da globalização e o crescente capitalismo acadêmico são os responsáveis pelas mudanças no modo como as próprias instituições organizam cursos de doutorado e lidam com os seus requisitos e/ou exigências. Neste ponto, também se apontam novos modos de representar e entender o doutorado por parte dos estudantes, cujos perfis envolvem cada vez mais pessoas que não pretendem propriamente desenvolver atividade acadêmica, mas, sim, que entendem o doutorado como um meio de promoção da carreira.

Nesse ínterim, observa-se que as próprias instituições de ensino vêm respondendo às mudanças na orientação científica, que incorpora cada vez mais a relação a distância: têm desenvolvido medidas de “apoio” aos doutorandos, que incluem workshops de análise, reuniões científicas, grupos de ajuda, entre outros. Entre estas iniciativas, a discussão acerca do tempo de duração do doutorado e das razões que explicam os motivos pelos quais os doutorandos não concluem a tempo, desistem ou se reinscrevem é recorrente e persistente, tanto da parte de orientadores e corpo docente como da parte de diretores e administradores, incluindo avaliadores ou agências de avaliação.

Vários autores concordam, no contexto brasileiro e internacional, que a vida acadêmica tem sofrido alterações em virtude de outras mudanças verificadas à escala mundial no plano econômico, político e social, conduzindo também a mudanças nas práticas de orientação doutoral (BIANCHETTI; TURNES; LARA, 2015).

Desse modo, de acordo com os estudos apresentados por Bianchetti, Turnes e Lara (2015) sobre a qualidade das teses e a produtividade acadêmica, os doutorandos reiteram a insegurança em relação à qualidade das teses, haja vista o tempo cada vez mais restrito e que induz à produtividade acadêmica. Outrossim, os doutorandos alegam, ainda, que houve uma mudança entre o significado que a produção de uma tese tinha em tempos anteriores e o atribuído nesse momento histórico, pondo em pauta, assim, a atual conjuntura que envolve fazer um doutorado em menos tempo e construir doutores em condições nem sempre favoráveis. Essa exigência por produção em menos tempo pode interferir, empobrecendo, desse modo, o processo de pesquisa e análise, o que impacta diretamente os Programas de Pós-graduação *stricto sensu* em Educação Profissional e a saúde mental dos pesquisadores.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Logo, percebe-se que o doutorado é um processo que comporta diversas fases e momentos de complexidade – alguns relativos ao próprio desenvolvimento do plano de trabalhos (sendo que toda a terminologia do plano e do projeto é em si linguagem temporal) –, sendo possível identificar nele um tempo-recurso, definido pela quantidade de tempo disponível e de tempo desejado para a execução de cada atividade, e os próprios modos de alocação e estratégias de ganho de tempo.

Assim, há a necessidade de construir para o processo de doutorado novas estratégias metodológicas, nas quais a contagem do tempo se apresente de modo diferenciado, não pela expressão numérica, mas pelo tempo vivido, entregue e doado, tornando-o, sem dúvida, um tempo melhor, cairológico. É preciso, pois, devolver à vida o que lhe foi retirado e colocado num ideal, devolvendo o humano ao tempo, de forma que o segredo do êxito passe pelo reconhecimento individual da bondade do tempo (DUQUE, 2012).

O tempo e a temporalidade são temas que atravessam a maior parte dos estudos realizados acerca do doutorado, seus significados e usos ao longo do tempo. No ensino e nas práticas educacionais, o tempo tem sido objeto de estudo e se pluraliza em vários: tempo relacionado à educação, tempo de ensino (sala de aula), tempo de planejamento, tempo de avaliação e de revisão de trabalhos, tempo fora da escola, dentre outros que exigem o trabalho do professor.

Apoiando-se no pensamento de Elias (1997), a experiência do que agora se denomina tempo mudou e continua mudando. O autor pressupõe a caracterização do tempo como um conceito de alto nível de “generalização e síntese”, ou seja, conceber o tempo hoje, implica reconhecer um acervo de saber social complexo, que articula a medida de sequências temporais e regularidades construídas ao longo das experiências vividas nas distintas sociedades.

Ainda, Ramon Ramos (1992) propõe que uma abordagem do tempo social necessita estabelecer uma demarcação do tempo. O autor aponta como tal proposta pode ser concebida por meio de três maneiras: o tempo como matriz, o tempo como variante e o tempo como cúspide. Essas três formas, pois, destacam modelos de abordagem da temporalidade constituídos nas ciências sociais. A noção de matriz ressalta o caráter original do tempo social, sua compreensão como elemento fundamental na concepção geral de tempo. A noção de variante aponta para a compreensão do tempo social como um tipo de tempo dentre tantos outros e, portanto, com um caráter limitado quanto à significação. Já a noção de cúspide denota que o tempo social é um elemento de integração conceptual situado num elevado nível de complexidade, fruto da síntese de outras concepções temporais.

Diante de tal contexto, observa-se que a gestão do tempo para o processo de doutorado torna-se imprescindível, uma vez que a temporalidade pode ser encarada como um recurso fundamental de compreensão dos estudos na cotidianidade, constituindo a evidência clara de que o tempo é a categoria que melhor se articula com o trabalho da produção científica na redefinição de novas formas de administrar

o tempo, respeitando todas as esferas e buscando descobrir os motivos que nos levam a postergar decisões, bem como aprender a controlar essa tendência

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, E. R. A política de tempos: elementos para uma abordagem sociológica. **Rev. Cienc. Soc. Polit.**, n. 34, p.19-40. 2011. Disponível em: <http://periodicos.ufpb.br/index.php/politicaetrabalho/article/download/12182/7047>. Acesso em: 30 out. 2017.

ARAÚJO, E. R. et al. **Como fazer um doutoramento?:** desafios às universidades, práticas pessoais e organização dos tempos. Porto: Ecopy, 2007. 206p.

ARAÚJO, E. R.; DUQUE, E. J. (Eds.) **Os tempos sociais e o mundo contemporâneo:** um debate para as ciências sociais e humanas. [E-book]. 2012. Braga/POR: Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade: Centro de Investigação em Ciências Sociais: Universidade do Minho, 2012. 390p. Disponível em: http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/29796/1/Ebook_tempos_sociais.pdf. Acesso em: 30 out. 2017.

BARBOSA, C. **A tríade do tempo.** Rio de Janeiro: Sextante, 2011. 256p.

BIANCHETTI, L.; TURNES L.; LARA, R. C. O tempo do doutorado e o papel das TICs: questões para pesquisa e análise. **Conjectura Filos. Educ.**, Caxias do Sul/RS, v. 21, n. 3, p. 628-644. 2016. Disponível em: <http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/conjectura/article/view/4290/pdf>. Acesso em: 30 out. 2017.

BORGES, J. C. **O retorno da velha senhora ou a categoria tempo entre os Krahô.** 2004. 112f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade de Brasília, Brasília/DF. 2004. Disponível em: <http://www.antropologia.com.br/divu/colab/d16-jborges.pdf>. Acesso em: 30 out. 2017.

BRANDÃO, J. **Mitologia grega:** dicionário mítico-etimológico. Petrópolis/RJ: Vozes, 2014. 776p.

DURKHEIM, E. **As formas elementares da vida religiosa.** São Paulo: Martins Fontes, 1996. 499p.

DSECTSI – DIREÇÃO DE SERVIÇOS DE ESTATÍSTICAS DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA E DA SOCIEDADE DE INFORMAÇÃO; DGEEC – DIREÇÃO-GERAL DE ESTATÍSTICAS DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA. **Produção Científica Portuguesa, 1990-2018 (Web of Science):** Indicadores Bibliométricos – Grandes Áreas Científicas. 2020. Disponível em: <https://www.dgeec.mec.pt/np4/1114.html>. Acesso em: 11 set. 2021.

ELIAS, N. **Sobre el tiempo.** 3.ed. México: Fondo de Cultura Económica, 2010. 212p.

EVANS-PRITCHARD, E. **Os Nuer**: uma descrição do modo de subsistência e das instituições políticas de um povo nilota. São Paulo: Perspectiva, 2007. 276p.

FERRY, L. **A sabedoria dos mitos gregos**: aprender a viver II. Rio de Janeiro: Objetiva, 2014. 321p.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Petrópolis/RJ: Vozes, 1987. 318p.

FRANCH, M. **Tardes ao léu**: um ensaio etnográfico sobre o tempo livre entre jovens de periferia. 2000. 240f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife/PE. 2000. Disponível em: <http://www.bdae.org.br/dspace/bitstream/123456789/1967/1/tese.pdf>. Acesso em: 30 out. 2017.

FRANCH, M. **Tempos, contratempos e passatempos**: um estudo sobre práticas e sentidos do tempo entre jovens de grupos populares do Grande Recife. 2008. 312f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2008. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cp093599.pdf>. Acesso em: 30 out. 2017.

GUNVITCH, G. **The social frameworks of knowledge**. New York: Harper & Row, 1971. 292p.

HALL, R. H. **Organização**: estruturas, processos e resultados. 8. ed. São Paulo: Pearson, 2004. 336p.

HENRIQUES, J. G.. Número de brasileiros a viver em Portugal subiu 43%. Já são 151 mil. **Público**. 2020. Disponível em: <https://www.publico.pt/2020/01/16/sociedade/noticia/numero-brasileiros-viver-portugal-subiu-43-ja-sao-151-mil-1900441>. Acesso em: 11 set. 2021.

LAFLEUR, C. Reexaminar el significado del tiempo del profesorado. **Cooperación Educativa**, Sevilla/ES, n. 69, p.26-31. 2006. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/39214612_Espacio_y_tiempo_dos_elementos_clave_en_la_mejora_de_la_escuela. Acesso em: 30 out. 2017.

MORAIS, C.; ALVES, M. G. Do doutoramento para o mercado de trabalho? O percurso de inserção profissional de um grupo altamente qualificado. **Sociologia on Line**, v. 20, p. 36-60, 2019. Disponível em: <https://revista.aps.pt/wp-content/uploads/2019/11/SociologiaAPS201920Cap2.pdf>. Acesso em: 01 set. 2021.

NAZARÉ, M. H. et al. **Relatório de avaliação da implementação do Programa de Estímulo ao Emprego Científico**. FCT, 2020. Disponível em <https://www.fct.pt/apoios/contratacaodoutorados/empregocientifico/docs/RelatorioProgramaEstimuloEmpregoCientifico.pdf>. Acesso em: 01 set. 2021.

NEGRI, A. **Kairòs, alma vênus, multidão**: nove lições ensinadas a mim mesmo. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. 232p.

RAMOS, A.; FONSECA, I. L. **Instrumentos de apoio à contratação de doutorados por entidades do SCTN**. Working document. Lisboa: FCT, 2020.

Disponível em:

https://www.fct.pt/estatisticas/empregocientifico/docs/Iniciativas_EmpregoCientifico.pdf. Acesso em: 31 ago. 2021.

RAMOS TORRE, R. **Tiempo y sociedad**. Madrid/ES: Centro de Investigaciones Sociológicas, 1992. 392p.

RAMOS TORRE, R. Metáforas del tiempo en la vida cotidiana: una aproximación sociológica. **Acta sociológica**, n. 49, p. 51-69. 2009. Disponível em:

<http://www.revistas.unam.mx/index.php/ras/article/view/18704/17754>. Acesso em: 30 out. 2017.

REPÚBLICA PORTUGUESA. Regulamento 950/2019. **Diário da República**, II Série, Parte C, de 16 de setembro de 2016. 2016. Disponível em:

<https://dre.pt/application/conteudo/127238533>. Acesso em: 11 set. 2021.

SANTOS, J.; HORTA, H.; HEITOR, M. Too many PhDs? An invalid argument for countries developing their scientific and academic systems: The case of Portugal. **Technological Forecasting & Social Change**, v. 113, p. 352-362, 2016.

TAVARES O.; SIN C.; SOARES D. Building Bridges Between Industry and Academia: What Is the Profile of an Industrial Doctorate Student?. In: Cardoso S., Tavares O., Sin C., Carvalho T. (eds), **Structural and Institutional Transformations in Doctoral Education**. Issues in Higher Education. Palgrave Macmillan, Cham. 2020, p. 347-373. Disponível em: https://doi.org/10.1007/978-3-030-38046-5_12. Acesso em: 01 set. 2021.

THOMPSON, E. P. Tempo, disciplina de trabalho e capitalismo industrial. In: _____. **Costumes em comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 267-304.